PCI

Produzir
Conservar
Incluir

TRAJETÓRIA PCI

Produzir, Conservar e Incluir de 2015 a 2022

AVANÇOS NA MAIOR INICIATIVA DE SUSTENTABILIDADE JURISDICIONAL DO PAÍS

PCI
Produzir
Conservar
Incluir

TRAJETÓRIA PCI

Ficha Técnica

PCI Produzir Conservar Incluir

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO

Fernando Sampaio
Diretor Executivo
Instituto PCI

Ricardo Woldmar
Gerente de Projetos
Instituto PCI

FOTOS
Shutterstock

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
W5 Publicidade

Apoiadores

REM MATO GROSSO | cooperação alemã | giz Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH | KFW | UKaid from the British people | FUNBIO | PCI | idh transforming markets | TFA TROPICAL FOREST ALLIANCE | ICV INSTITUTO CENTRO DE VIDA

Dezembro de 2022

Sumário

Introdução **7**

Instituto & Estratégia PCI **8**

Carta de apresentação **10**

Governança **11**
Estrutura de governança do Instituto PCI 12
Visão compartilhada 13

Linha do tempo **14**
Principais avanços 16
1º ciclo - A PCI de 2016 a 2018: bases para uma estratégia robusta 16
• Diagnóstico e Planejamento 16
2º ciclo - A PCI de 2019 a 2022: repactuação e uma estrutura para a Estratégia, o Instituto PCI 20
• O Processo de repactuação: avaliação participativa e revisão de metas 21
• Instrumentos para embasar a estratégia de investimentos e parcerias privadas 22

A PCI DE 2015 A 2022: principais entregas **23**
Uma estrutura de governança 23
Um conjunto de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável 23
• Eixo Produzir 25
• Eixo Conservar 26
• Eixo Incluir 27

Uma estrutura robusta de monitoramento e a repactuação das metas **28**
Visão 2030 30
Pactos regionais, a estratégia de regionalização da PCI 33
Quantificação e gap de Investimentos em Mato Grosso 35

Custos para atingir os objetivos até 2030 ..... **36**
Mato Grosso como modelo: o pioneirismo e protagonismo do estado 40

CASES **43**
IDH 43
REM 44
Projeto de Cooperação Técnica - GIZ 44
PAGE 45
Development Policy Loan e MT Produtivo – Banco Mundial 45
TerraAmaz 46
Andgreen 46
Conserv 46

CASES DE ENGAJAMENTO DO SETOR PRIVADO **47**

COP27: a hora da implementação **49**
O Estado de Mato Grosso e o Instituto PCI na COP27 50

3º Ciclo - Perspectivas e desafios **51**

INTRODUÇÃO

A presente publicação tem por objetivo apresentar à toda sociedade brasileira, em especial ao povo matogrossense, parceiros e organizações, dentro e fora do Brasil, um compilado da Estratégia **Produzir, Conservar e Incluir – PCI** e seus desdobramentos. Criada através de processo coletivo entre seus múltiplos atores durante o ano de 2015 e apresentada durante a COP21, em Paris, a Estratégia tem no Instituto PCI seu instrumento de governança.

Aqui são apresentados, de maneira cronológica, os principais fatos e processos que têm definido esse modelo de produção sustentável para Mato Grosso, modelo e referência para outras iniciativas no país e fora daqui. Os desdobramentos, resultados e aprendizados também são parte da narrativa que trazemos para este relatório.

Esperamos que, além de cumprir o papel de prestar contas e registrar essa trajetória e seus impactos, esta publicação sirva como um exemplo de integração multissetorial pelo clima.

Agradecimentos aos parceiros que financiaram as ações de estruturação da PCI neste período:

Boa leitura!

Dezembro de 2022

INSTITUTO & ESTRATÉGIA PCI

Mudanças climáticas, uso do solo, produção e disseminação de conhecimentos, em um modelo de articulação multissetorial para viabilizar o desenvolvimento sustentável no estado de Mato Grosso. Esses são alguns dos pontos fundamentais que basearam a criação da **Estratégia Produzir, Conservar e Incluir – PCI**, cuja construção aconteceu durante o ano de 2015 e culminou com seu lançamento em dezembro do mesmo ano durante a Convenção do Clima (COP21), em Paris. Em 31 de março de 2016, foi criado o Comitê Estadual da Estratégia PCI, unindo atores públicos e privados com o objetivo de planejar e coordenar suas ações. Em 27 de fevereiro de 2019, o Governo do Estado estabelece que a Estratégia será implementada em parceria com instituição sem fins lucrativos, responsável por toda governança que viabiliza a PCI, nascendo assim o **Instituto PCI**.

A PCI busca integrar objetivos da agropecuária, conservação ambiental e inclusão socioprodutiva. É também uma estratégia fundamental para que o estado possa alcançar também sua **meta de neutralidade de emissões de gases causadores do efeito estufa em 2035**. Para isso, estabelece metas e estrutura mecanismos, principalmente, na redução do desmatamento, na restauração de vegetação nativa e na recuperação de pastagens e áreas degradadas, bem como na disseminação de boas práticas na pecuária e na agricultura. Cabe ao Instituto, entre outras funções, articular ações públicas e privadas, além de captar investimentos e parcerias, promovendo a participação coletiva e a transparência, de forma a identificar e ampliar os impactos positivos na implementação desta visão de futuro.

> *"Ao longo da sua existência a PCI se consolidou como estratégia fundamental da agenda ambiental de Mato Grosso. Por ter relação direta com a vocação do estado de grande produtor, gigante em conservação de recursos naturais e que tem nas pessoas sua maior riqueza, a PCI é sem dúvida a identidade da política ambiental mato-grossense. Temos convicção que o Instituto PCI contribuirá muito para que Mato Grosso mostre ao mundo como é possível produzir, conservar recursos naturais e promover justiça social para os mato-grossenses."*
>
> ***Maureen Lazzaretti, Secretária de Estado de Meio Ambiente de MT***

METAS E O ACORDO DE PARIS

Durante a COP21, 195 nações signatárias da Organização das Nações Unidas (ONU) instituíram o Acordo de Paris, no qual ficou estabelecida uma meta global para **manter o aumento da temperatura abaixo de 2º C**, acima dos níveis pré-industriais. Idealmente, essa redução deveria se limitar ao aumento de **1,5º C**, o que significa reduzir as emissões em cerca de 50%, até 2030.

Para isso, cada país definiu suas próprias metas domésticas para contribuir com esse objetivo, nas chamadas NDCs, sigla em inglês para Contribuição Nacionalmente Determinada. Em 2016, o Brasil definiu sua meta e se comprometeu a reduzir emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025, em relação a 2005, e indicava que poderia reduzi-las em **43% até 2030**. Em dezembro de 2020, houve a atualização da NDC e o Brasil confirmou à ONU sua meta.

PCI: A ESTRATÉGIA PARA MATO GROSSO

As metas da PCI, monitoradas pelo Instituto PCI, colaboram diretamente com a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil no Acordo de Paris e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Como Mato Grosso tem papel central no combate à crise do clima, a Estratégia PCI é, portanto, uma janela de visibilidade de Mato Grosso internacionalmente e, nacionalmente, uma referência para outras estratégias no país. Enquanto, localmente, sugere uma mudança de paradigma ao propor que o aumento da produção pode se dar de forma equilibrada com a conservação ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento econômico baseado na eficiência do uso da terra.

"Desde 2015 a IDH se integrou à coalisão formada pelas diferentes partes interessadas em apoiar o desenvolvimento econômico sustentável de Mato Grosso. Nesses oito anos, sempre acreditamos na força das estruturas de governança implementadas e investimos recursos totalizando mais de 10 milhões de euros para atração de investimentos públicos e privados para Mato Grosso. A continuidade da estratégia durante os momentos de transição de governos foi fundamental para demonstrar o compromisso do estado com a visão territorial de longo prazo e com isso atrairmos fundos de investimento e instituições de fomento para a agenda de 2035"

Daniela Mariuzzo, Diretora Executiva da IDH Brasil e do Programa de Paisagens Sustentáveis na América Latina

"Como todas as grandes propostas advindo de territórios subnacionais na questão clima-floresta tropical desde 2009, a Estratégia PCI foi uma grande ideia subvalorizada pela comunidade internacional. Hoje, eu vejo duas grandes oportunidades para a PCI cumprir seu potencial: a primeira é de Mato Grosso captar recursos com REDD jurisdicional, com benefícios também para o setor produtivo. A segunda oportunidade é comercial. É impossível rastrear todos os produtores que produzem commodities. É uma nova oportunidade para o sourcing jurisdicional."

Daniel Nepstad, Presidente do Earth Innovation Institute

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezados parceiros,

Quando a Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) surgiu, em 2015, a partir do diálogo entre os diferentes setores interessados no território mato-grossense, ela partiu de uma premissa básica. Essa premissa é a de que somente com uma visão de futuro e um alto nível de colaboração é possível conciliar as agendas de segurança alimentar, desenvolvimento social e econômico, enfrentamento à crise climática e conservação de biodiversidade. Nem governo, nem produtores, nem empresas nem a sociedade civil conseguem, sozinhos, superar a complexidade dos desafios aí envolvidos.

Desde então, a Estratégia PCI vem sendo implementada por meio de inúmeros projetos, programas, políticas públicas e iniciativas de seus diferentes membros, transformando um mosaico de ações isoladas em uma verdadeira rede de transformação do território.

Para acelerar essa transformação, a própria estrutura da PCI também vem evoluindo ao longo dos anos, melhorando sua governança, ampliando seu alcance nos municípios, criando instrumentos para facilitar o engajamento de investidores e de empresas, aprimorando seus processos de monitoramento e de apoio às políticas públicas.

Este documento tem o objetivo de compartilhar os principais avanços e entregas da PCI que fizeram com que Mato Grosso seja hoje reconhecido como um exemplo global de abordagem jurisdicional.

Mato Grosso pode e deve liderar uma agenda de produção sustentável e de ação climática. Essa é nossa visão de futuro. O planeta e o mercado demandam soluções em escala para esses desafios, e isso podemos entregar.

Apesar dos avanços, ainda há muito a fazer e a colaboração continua a ser a premissa essencial para o sucesso. Como fruto de um esforço coletivo, a PCI tem a legitimidade para promover essa colaboração de forma continuada e eficiente, com benefícios para todos os envolvidos.

A todos que contribuem para essa construção, nossos agradecimentos.

Instituto PCI

GOVERNANÇA

Conciliar setores, diferentes públicos e definir papéis em torno de um objetivo comum tão complexo como é a Estratégia PCI representa, por si só, um desafio. Assim, a definição desse modelo de tomada de decisões, que viabiliza a estruturação das metas pelo clima no estado de Mato Grosso, tem sido um aprendizado constante. Envolve regulação, recursos e monitoramento para que sejam feitas as intervenções mais assertivas e que tragam os melhores resultados. Da mesma forma, alerta para riscos e orienta investimentos e articulações.

Na sua origem, esse arranjo de governança multissetorial (governo+setor privado +produtores +sociedade civil) foi implementado por meio da criação de um Comitê Estadual da Estratégia PCI, em 2016.

A criação do Instituto PCI, em 2019, representou um passo a mais, ao dotar a Estratégia de uma estrutura independente, capaz de abrigar essa governança público-privada e um processo transparente de tomadas de decisão com foco na implementação conjunta de ações em prol do desenvolvimento sustentável de Mato Grosso.

Para isso, muitas ações vêm sendo adotadas nos últimos sete anos, inclusive, para viabilizar a implementação da Estratégia PCI. O poder público, através das secretarias de Estado que compõem a PCI, atuou fortemente na estruturação de políticas públicas, programas e instrumentos que ora facilitam, ora monitoram e estabelecem diretrizes. Exemplos disso são as políticas do CAR (Cadastro Ambiental Rural), o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais no Estado de Mato Grosso - PPCDIF/MT, o Programa REM, o ABC+ (Agricultura de Baixo Carbono), e outros mais.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO INSTITUTO PCI

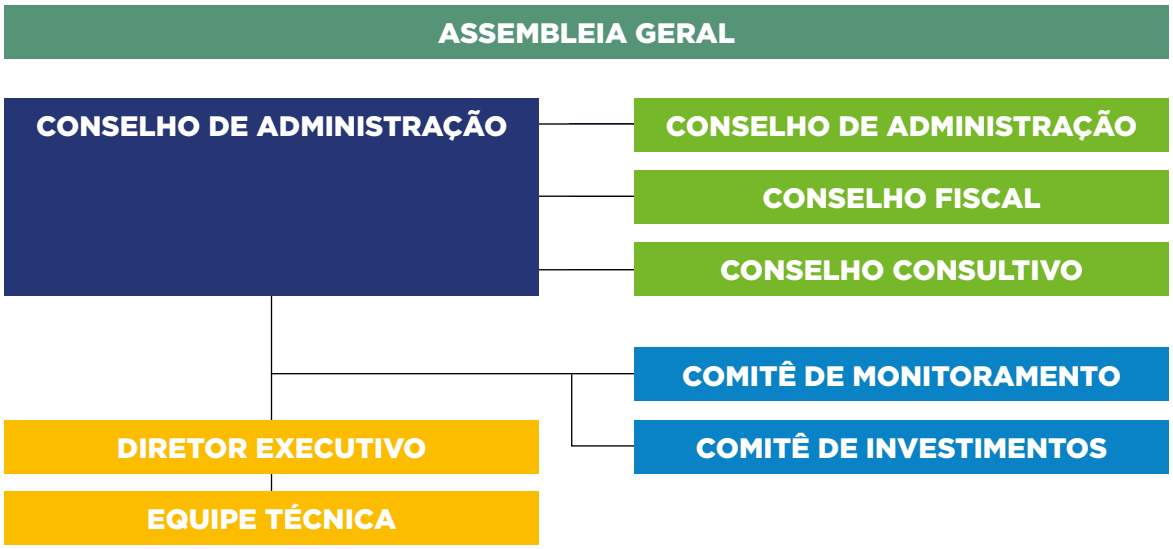
A estrutura de governança do Instituto PCI é composta pelo Conselho de Administração (CA). O CA, por sua vez, é orientado pelos conselhos que compõem juntamente à Assembleia Geral. São eles: Conselho de Doadores, Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo. Contam ainda com o suporte dos Comitês de Monitoramento e de Investimentos para tomada de decisões.

O Conselho de Administração é formado por representantes das secretarias de Estado integrantes da PCI (Casa Civil, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Agricultura Familiar e Planejamento), e representantes de entidades do setor produtivo, empresas do setor privado e sociedade civil. Respondem ao Conselho Administrativo, o Diretor Executivo e a equipe técnica.

"A PCI é uma das principais referências de iniciativas jurisdicionais, que vem ao longo dos anos mostrando consistência no monitoramento de indicadores e resultados. No âmbito do engajamento corporativo, a PCI tem expandido o diálogo com as empresas e financiadores e dado visibilidade às principais ações que contribuem com as metas da PCI. Cada vez mais terá um papel central na articulação de investimentos no estado e no desenvolvimento regional."

Cecília Korber, Gerente de Projeto na Proforest

GOVERNANÇA



Saiba mais aqui sobre a composição de cada um desses órgãos.

"A PCI era um conceito inovador e desbravador quando foi lançada. Foi a primeira vez que realmente vi a união de diversos setores em um único propósito, depois da 'mesa-redonda da soja'. Na época do lançamento, tínhamos pouca noção do que seria, mas tomou corpo muito rápido. É um processo agregador de transformação. Conseguiu achar os consensos para deixar os dissensos para depois."

Juliana Lopes, Diretora de ESG, Comunicação e Compliance da AMAGGI

VISÃO COMPARTILHADA

Uma das premissas da Estratégia PCI é a promoção de consenso, por meio da parceria com entidades dos três setores (público, privado e sociedade civil), que agem em colaboração em torno do desenvolvimento sustentável e de baixo carbono em Mato Grosso. Buscam, assim, formas de cooperação com o objetivo de atingir as metas de produção, sustentabilidade e conservação do meio ambiente anunciadas na COP de Paris, em 2015.

Ao aderirem à PCI, os parceiros endossam uma visão compartilhada de produção sustentável. Estabelecem compromissos e disponibilizam recursos e esforços na construção desse novo modelo de desenvolvimento, climaticamente inteligente, economicamente viável e socialmente justo.

"(A PCI) É uma parceria entre a sociedade civil, setor privado e setor público, em que todos os atores agem em conjunto com o compromisso único de mudar a trajetória de desenvolvimento de Mato Grosso e garantir a mitigação dos danos das mudanças climáticas."

Alice Thuault, Diretora Executiva do ICV, Instituto Centro de Vida

LINHA DO TEMPO

A **Estratégia Produzir, Conservar e Incluir – PCI** foi lançada oficialmente pelo governo de Mato Grosso, em dezembro de 2015, durante a Convenção do Clima em Paris (COP21). Participaram, desde o início, representantes do setor público e privado, além de integrantes da sociedade civil organizada. Confira quem são os parceiros da PCI no organograma da governança.

2015

Início PCI

Estudos, criação das metas e divulgação na COP26

Lei nº 13.120 Marco Legal da Biodiversidade

Lançamento dos 17 ODS

- *Processo de construção da Estratégia com os diversos atores para definição clara das metas*
- *Lançamento da Estratégia PCI na COP21 em Paris*

COP21 Acordo de Paris

2016

Estudo Unlocking Forest Finance estima os custos de transição (2015 a 2030) para 15 cadeias produtivas de conservação e meios de vida

Criação do Comitê Estadual da Estratégia PCI

1ª NDC do Brasil

- *Criação do Comitê Estadual da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (CEEPCI)*
- *MoU Governo de Mato Grosso com IDH*
- *Primeiros Grupos de Trabalho*
- *Implementação Diretoria Executiva*

2017

Diagnóstico e planejamento estratégico

- *Processo de Planejamento Estratégico (CEEPCI)*
- *Formação do Comitê de Monitoramento PCI*
- *Definição de indicadores para as metas e lançamento da Plataforma PCI Monitor*
- *Adesão de Mato Grosso à Tropical Forest Alliance (TFA)*
- *Contrato do Programa REM assinado na COP23 em Bonn*
- *Parceria PAGE com Nações Unidas*

2018

Investimentos pelo Programa REM e setor privado

- *Criação do Comitê de Comunicação, Valor e Engajamento*
- *Lançamento do Grupo de Ação Corporativa PCI*
- *Início dos Pactos regionais PCI*

2019

Decreto 46/2019 - Instituto PCI

- *DPL Banco Mundial*
- *Lançamento Pitchbook de projetos da PCI*
- *Decreto apontando criação do Instituto PCI*
- *Formação do Conselho do Instituto e definição de Plano de Ação PCI com 5 pilares*
- *Estruturação do Instituto PCI*
- *Monitoramento*
- *Investimentos*
- *Regionalização*
- *Comunicação*

2020

Contratação consultorias e novas parcerias

- *Início do processo de avaliação participativa da Estratégia PCI (2015-2020)*
- *Consolidação dos pactos regionais*
- *Construção de projeto de cooperação técnica com GIZ*

2021

Contratação de equipe, consultorias e atuação das metas

- *Contratação equipe Instituto PCI*
- *Consultoria de investimentos PCI (análises de recursos executados, lacuna para 2030, modelos de financiamento)*
- *Trabalhos desenvolvidos junto ao ISEAL e CDP para ampliar engajamento corporativo em Mato Grosso*
- *Contratação de equipes pactos regionais da PCI em Sorriso, Juruena e Cotriguaçú*
- *Processo de revisão e atualização das metas da PCI*
- *Lançamento do Programa MT Carbono Neutro*

2022

- *Entregas de Guia de Engajamento para empresas*
- *Mapeamento de empresas atuando em Mato Grosso alinhadas com PCI*
- *Atualização do Pitchbook PCI com um leque de mais de 36 projetos passíveis de investimento alinhados à PCI*
- *Case Studies sobre PCI e Mato Grosso*
- *Negociação da segunda fase do Programa REM*
- *Construção do projeto MT Produtivo com recursos de US$100 milhões do Banco Mundial ao estado de MT para fomento à agricultura familiar (MT Produtivo)*
- *Formação de Rede de Inteligência Territorial da PCI*
- *Plano de Comunicação da PCI*
- *Publicação dos Balanços de Metas da PCI estadual e dos Pactos Regionais de Sorriso, Barra do Garças, Tangará da Serra, Juruena e Cotriguaçú com um total de 130 indicadores de metas monitorados anualmente pelo Comitê de Monitoramento da PCI)*

PRINCIPAIS AVANÇOS

Aqui, trazemos algumas das principais atividades e resultados alcançados pela PCI:

1º CICLO

A PCI DE 2016 A 2018: BASES PARA UMA ESTRATÉGIA ROBUSTA

É importante frisar que a base para a criação da Estratégia PCI nasceu de um longo processo de diálogos entre diferentes setores em Mato Grosso, durante uma série de encontros e oficinas que aconteceram no estado no ano de 2015. Foi o diálogo franco entre entidades representativas dos produtores, governos, empresas e a sociedade civil que tornou possível a criação de um esforço multissetorial em torno de uma visão consensual de desenvolvimento sustentável. A partir do compromisso lançado na COP21, foi a mobilização dos atores, e governança criada a partir do esforço inicial, que ajudou a PCI a definir os passos prioritários para sua implementação.

Primariamente, era preciso não só identificar as ações já em andamento, como as ações necessárias para o avanço das metas. Além disso, era preciso garantir transparência ao andamento da Estratégia e buscar parceiros interessados em apoiá-la.

Entre as ações realizadas neste primeiro ciclo da PCI, destacamos:

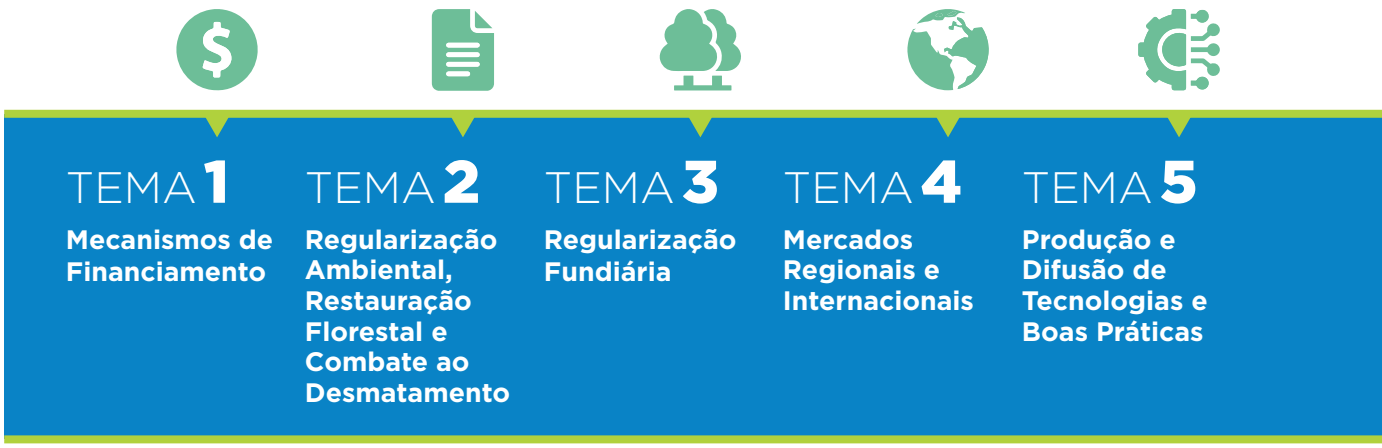
DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO

Pouco mais de um ano depois de seu lançamento, no início de 2017, foi realizado um mapeamento das condições de implementação da Estratégia PCI. Esse estudo foi feito com base em quatro frentes:

- Interação direta com agentes e atores relevantes;
- Utilização de metodologias participativas, de escuta e registro de opiniões;
- Construção de um panorama e análise das convergências e divergências de ações em curso, que permitisse avançar rumo ao esboço de uma agenda;
- Busca de temas transversais que permitissem visualizar soluções comuns para superar obstáculos e integrar os eixos Produzir, Conservar e Incluir (PCI) da Estratégia.

Foi, então, criada uma **base de dados com o registro de 204 iniciativas, implementadas, coexecutadas ou financiadas por 381 instituições públicas ou privadas**.

Esse esforço também permitiu a identificação de um conjunto de contribuições já implementadas no território mato-grossense, bem como de obstáculos para o alcance das metas da PCI. Todas essas informações foram consolidadas em uma agenda de objetivos para a Estratégia, dividida em **cinco temas-chave que condicionam o alcance das metas da PCI. São eles:**



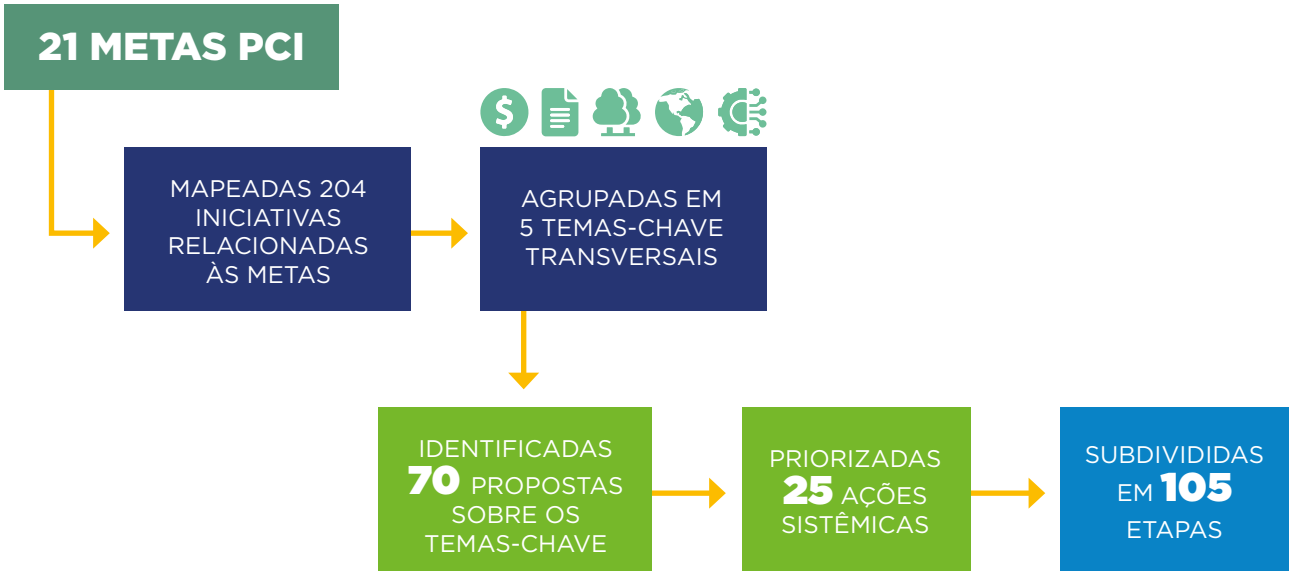
Estes temas-chave foram fundamentais para a análise, discussão e priorização de ações relevantes para o alcance das metas da Estratégia. Fora isso, vale ressaltar que o esforço de escuta e interação com os principais atores da PCI permitiram a ampliação do entendimento, importância, abrangência e capacidade de transformação dos objetivos da Estratégia e a legitimação do Instituto PCI como responsável pela governança para um novo modelo de sustentabilidade.

> *"Entendemos que o município também deveria seguir as mesmas diretrizes (Produzir, Conservar e Incluir). Sabemos que foi uma estratégia do Governo de MT com o objetivo de organizar e trazer sustentabilidade aos territórios. A PCI foi a principal articuladora para trazer o Pacto (Regional) para Sorriso. É uma estratégia realmente importante, com várias instituições participando, mas que precisa ser falada e apresentada para a sociedade".*

Dudy Paiva, Produtora Rural e Presidente do CAT - Clube Amigos da Terra Sorriso, MT

Em uma **segunda etapa**, foi feito um levantamento de propostas relacionadas aos cinco macrotemas. Foram elencadas 160 propostas, observando-se duplicidades, complementaridades, sinergias e, principalmente, as possibilidades reais de alcance das metas da Estratégia PCI. A partir daí, foi compilado um elenco reduzido de 70 propostas, como demonstrado na figura a seguir:

PROCESSO DE PRIORIZAÇÃO DE AÇÕES

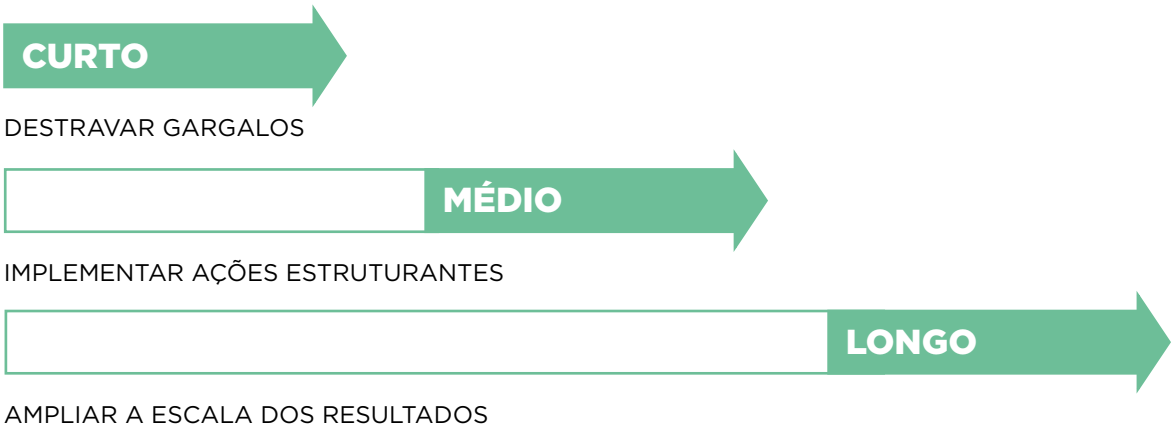


Fonte: Equipe Trama

Parte da agenda de trabalho proposta durante o planejamento de 2017 buscou estabelecer um sequenciamento entre as atividades ou etapas priorizadas, tendo como horizonte o ano de 2030.

Para isso, foram priorizadas as propostas que, caso fossem implementadas, poderiam facilitar as subsequentes no médio prazo e que, por sua vez, permitiriam ganhos de escala no longo prazo, como demonstrado na figura a seguir:

LÓGICA TEMPORAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS



Fonte: Resultado da reunião de trabalho dos dias 2 e 3 de maio em Brasília

"O processo de planejamento da Estratégia identificou prioridades e permitiu a elaboração de um desenho da atuação de seu Comitê. Muitas das ações previstas no planejamento acabaram acontecendo, mas um aprendizado importante é que não há como pensar em "centralizar" ou "coordenar" múltiplos esforços. Muito da implementação estará disperso em diferentes órgãos, agências ou instituições dentro e fora do governo. Ao invés de tentar centralizar o processo decisório, cabe à (Estratégia) PCI um papel maior de articulação, monitoramento e apoio, sobretudo fazendo com que as metas sejam o norte comum de todos os atores. Vale salientar que foi esse processo de planejamento que indicou como prioridade a criação do Instituto PCI, como forma de abrigar essa governança público-privada, mas também como um mecanismo gerencial e financeiro capaz de apoiar as ações prioritárias da Estratégia."

Fernando Sampaio, Diretor Executivo do Instituto PCI

PRINCIPAIS DESTAQUES DO PERÍODO

Aqui, trazemos algumas das principais atividades e resultados alcançados pela PCI:

POLÍTICAS PÚBLICAS:
foi a partir do compromisso da PCI, que políticas públicas como o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais (PPCDIF), e o inédito Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF), começaram a se orientar pelas suas metas, implementando as ações priorizadas no planejamento da Estratégia.

BASES PARA O MONITORAMENTO:
ao final de 2016, foi proposta no âmbito do Comitê Estadual da Estratégia PCI, a criação de um Grupo de Trabalho para o monitoramento das metas, embrião do atual Comitê de Monitoramento da PCI. O GT definiu que, anualmente, a PCI realizará a avaliação da evolução de suas metas e os resultados serão publicados e disponibilizados por meio de um relatório. Ao iniciar seu processo de monitoramento, a PCI garantiu transparência ao compromisso assumido aos atores envolvidos e parceiros, assim como criou ferramentas para identificar ações prioritárias e possíveis correções de rotas futuras.

PARCERIAS:
o lançamento da PCI mobilizou uma série de parceiros interessados em apoiar Mato Grosso em uma trajetória de desenvolvimento sustentável. Entre esses parceiros iniciais estão a IDH, da Holanda, apoiadora desde o primeiro movimento, na estruturação da Estratégia, e o governo alemão, por meio do Programa REM e da sua Cooperação Técnica. Foi pela PCI também que Mato Grosso passou a integrar a Tropical Forest Alliance (TFA), sendo o primeiro estado subnacional a fazer parte da Aliança. Igualmente, a Estratégia desempenhou papel fundamental para que o estado tenha atraído o Banco Mundial para apoiar seu esforço pelo clima.

2º CICLO

A PCI DE 2019 A 2022: REPACTUAÇÃO E UMA ESTRUTURA PARA A ESTRATÉGIA, O INSTITUTO PCI

O 2º ciclo da PCI propôs dotar a Estratégia de uma estrutura, capaz não só de ser o abrigo da governança multissetorial que caracteriza a PCI, como também um instrumento ativo em sua implementação, por meio de investimentos em programas e projetos.

Um novo ciclo político levou a uma repactuação da Estratégia com a nova administração e com os atores envolvidos, reforçando ainda mais o papel da PCI.

A partir do Instituto também foram colocadas em andamento ações visando a captação de investimentos, assim como o engajamento de parcerias no setor privado para a implementação da PCI. Além disso, atuou para reforçar seu papel em conectar essas parcerias e investimentos em territórios estratégicos, via os pactos regionais.

Entre as ações realizadas destacamos:

A CRIAÇÃO DO INSTITUTO PCI

A partir de 2019, iniciou-se uma nova fase com a criação do Instituto PCI. O Instituto é uma instituição independente, sem fins lucrativos, que visa garantir a eficácia da Estratégia PCI. Tem como responsabilidade em MT, entre outras, a articulação de múltiplos atores em uma governança transparente e inclusiva, além de identificar oportunidades de captação de recursos e gerir programas e projetos. Através de decreto, o governo do estado de MT reconhece e dá legitimidade ao Instituto para exercer essa articulação.

Embora o processo burocrático de criação do Instituto tenha atrasado consideravelmente sua formalização, desde 2019, seus fundadores colocaram em funcionamento seus conselhos e comitês para orientar a implementação da Estratégia.

> *"(A PCI) É relevante porque é um discurso alinhado que Mato Grosso criou para mostrar ao mundo. A mais poderosa ferramenta que orienta as ações de estado, que têm influenciado em grande parte as políticas de MT. É um instrumento de discurso, embora com o passar do tempo a gente vai percebendo que ela não abarca todas as políticas, como turismo sustentável, planejamento e ordenamento territorial, etc. Mas é parte da imagem do estado perante o mundo. Considero que o primeiro grande desafio tem sido constituir esse Instituto (PCI)."*

Rita Chiletto, Assessoria Internacional da Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso

O PROCESSO DE REPACTUAÇÃO: AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA E REVISÃO DE METAS

Em 2020, o Conselho de Administração do Instituto PCI aprovou um Plano de Trabalho, que incluiu um processo de avaliação participativa da Estratégia e a atualização de metas e indicadores. O processo de atualização teve por objetivos:

Manter a PCI conectada com as tendências e projeções de mercado e com as políticas públicas estaduais.

Incorporar melhorias na definição de indicadores e fontes para o processo de monitoramento, e manter o engajamento dos múltiplos atores interessados na Estratégia.

Durante o primeiro semestre de 2021, foi publicado o 4º Balanço de Metas da Estratégia PCI, com apresentação online, incluindo o resumo da avaliação participativa. A partir dos resultados da avaliação, e com novos inputs de dados e informações, foram realizados, entre maio e outubro de 2021, seis workshops com 28 entidades e organizações, envolvendo um total de 47 pessoas. Ao mesmo tempo, foram concluídas pela Secretaria de Meio Ambiente (Sema-MT) a construção do novo Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Incêndios Florestais e o projeto Trajetórias da Descarbonização. Ambos incorporam as metas da PCI em 12 trajetórias capazes de contribuir para a neutralidade climática de Mato Grosso.

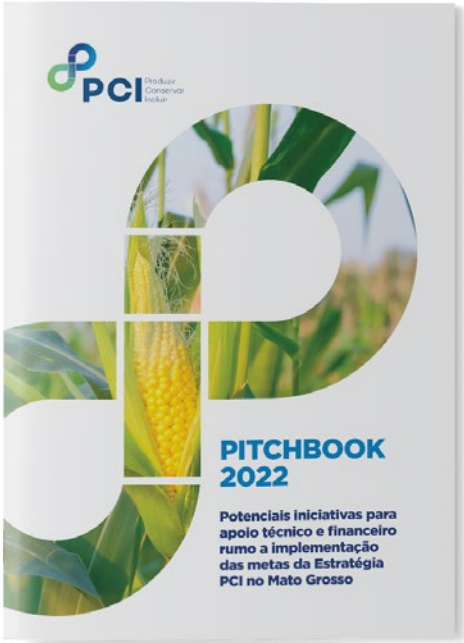
Foram ainda realizadas 17 alterações nessas metas, sendo seis inclusões, duas exclusões, duas revisões e sete atualizações. Dentre os indicadores, houve 16 alterações, sendo dez inclusões e seis exclusões. **Em 25 de outubro de 2021, MT anunciou o seu compromisso de neutralidade climática de redução de emissões líquidas de carbono em 80% até 2030, e em 100% até 2035, em relação à linha de base de 2020**. Esse compromisso surgiu a partir do projeto Trajetórias de Descarbonização e foi incorporado no conjunto de metas da PCI. O Programa Carbono Neutro MT foi formalizado através do Decreto 1160 de 25 de outubro de 2021.

INSTRUMENTOS PARA EMBASAR A ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS PRIVADAS

Em 2022, a Estratégia PCI avançou no processo de implementação das metas e na ampliação dos projetos em andamento. Para isso, um dos principais focos do ano foi a estruturação de mecanismos e processos de financiamento das iniciativas necessárias para a neutralidade climática. Entre as iniciativas de destaque estão as voltadas à definição de gaps e modelos de financiamento, um estudo desenvolvido em parceria com o Instituto Internacional para Sustentabilidade – IIS, e atualização do *Pitchbook* de projetos, agora trazendo informações de 36 projetos que contribuem com as metas da PCI para captação de recursos.

"O Pitchbook foi elaborado a partir de uma lacuna identificada por financiadores interessados em apoiar ações alinhadas com a PCI em Mato Grosso. Nesse sentido o Pitchbook foi construído com o objetivo de facilitar a conexão entre financiadores nacionais e internacionais com projetos locais em Mato Grosso interessados em receber apoio técnico e financeiro para maior escalabilidade rumo à implementação das metas da PCI até 2030"

Ricardo Woldmar, Gerente de Projetos da PCI



A PCI DE 2015 A 2022: PRINCIPAIS ENTREGAS

UMA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

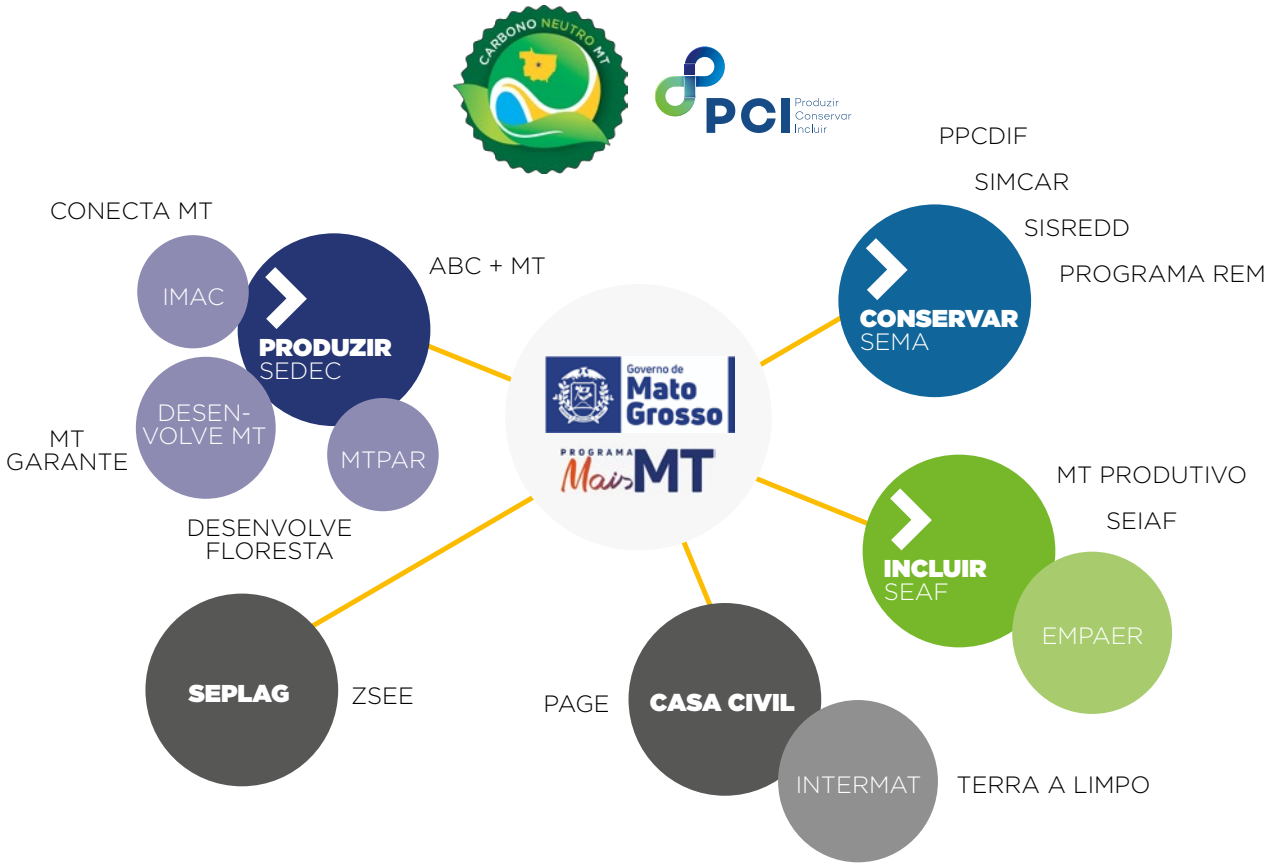
O eixo motriz da Estratégia PCI é viabilizar, por meio do Instituto PCI, a articulação multissetorial. É o que estrutura o modelo de atuação de múltiplos setores e agentes públicos e privados, terceiro setor e sociedade civil para que o estado de Mato Grosso faça a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável e de baixo carbono.

A própria criação do Instituto PCI é resultado do esforço coletivo dos atores participantes. Indicado como prioridade em seu processo de planejamento estratégico, o Instituto busca garantir não só um abrigo para a governança público privada da Estratégia PCI, como constitui-se em mecanismo gerencial e financeiro para captação de recursos e gerenciamento de programas e projetos.

E o faz por meio da junção de diversas frentes: políticas públicas, investimentos e monitoramento. É igualmente relevante a promoção da iniciativa em um processo de protagonismo de MT na abordagem territorial, para atingir a neutralidade nas emissões de gases do efeito estufa em 2035.

UM CONJUNTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para dar celeridade à implementação da PCI, o Governo do Estado de Mato Grosso vem orquestrando um esforço conjunto com diversos atores. Dentre eles, a criação e promoção de políticas públicas e instrumentos que facilitam e endossam a Estratégia PCI.



Algumas das políticas públicas formuladas por iniciativa do poder executivo em Mato Grosso orientam-se pelas metas da PCI, como é o caso do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Incêndios Florestais (PPCDIF), o Programa Carbono Neutro, e o Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF). Outras como o Sistema Estadual de REDD+, o ABC+, o SIMCAR e outras contribuem diretamente para o avanço das metas e compromissos do estado.

A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, em alguns casos, é assegurada na própria lei que as institui, a exemplo da Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar, que garante esta participação no Art. 4º da Lei nº 10.516, de 2 de fevereiro de 2017. A rede de parceiros do Instituto PCI ajuda diretamente na construção e até no financiamento dessas políticas.

O Programa Carbono Neutro MT, formalizado através do Decreto 1.160 de 25/10/2021 é a política que veio consolidar ainda mais a trajetória de Mato Grosso na agenda ambiental e climática, corroborando com os compromissos da Estratégia PCI, e também com os esforços que vieram sendo desenvolvidos ao longo dos anos em prol do desenvolvimento sustentável do estado.

Destacamos a seguir outras políticas e instrumentos ligados às Secretarias que compõem a governança da PCI e que se mostraram fundamentais para o avanço de suas metas nos últimos anos:

EIXO **PRODUZIR** | EIXO **CONSERVAR** | EIXO **INCLUIR**

EIXO **PRODUZIR**

Embora o desempenho das metas do Eixo Produzir esteja fortemente ligado à uma dinâmica de mercado e de atuação do setor privado, Mato Grosso tem criado instrumentos que podem apoiar fortemente o setor produtivo no âmbito de sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Em 2022, o estado concluiu a sua versão do Plano Estadual da Agropecuária de Baixo Carbono - Plano ABC+MT, formalizado através do Decreto nº 1513 de 03/11/2022. O Plano Estadual contribui diretamente para a NDC brasileira, e dá a contribuição do setor agropecuário nos compromissos climáticos de Mato Grosso.

Um Programa para ampliar a conectividade nas diferentes regiões do estado permitirá acelerar a digitalização e as novas tecnologias no setor.

Também estão vinculados à Sedec: i) o Instituto Mato-Grossense da Carne, órgão de articulação da cadeia da carne bovina em Mato Grosso com a missão de promover seu desenvolvimento sustentável; ii) a Desenvolve MT, banco de fomento que gerencia fundos como o MT Garante, fundo garantidor para empreendimentos e pequenos produtores e o Desenvolve Floresta, fundo de fomento às florestas plantadas e restauração florestal; iii) MT Par, empresa de capital misto que atua em parcerias público privadas contribuindo para a atração de investimentos e projetos sustentáveis.

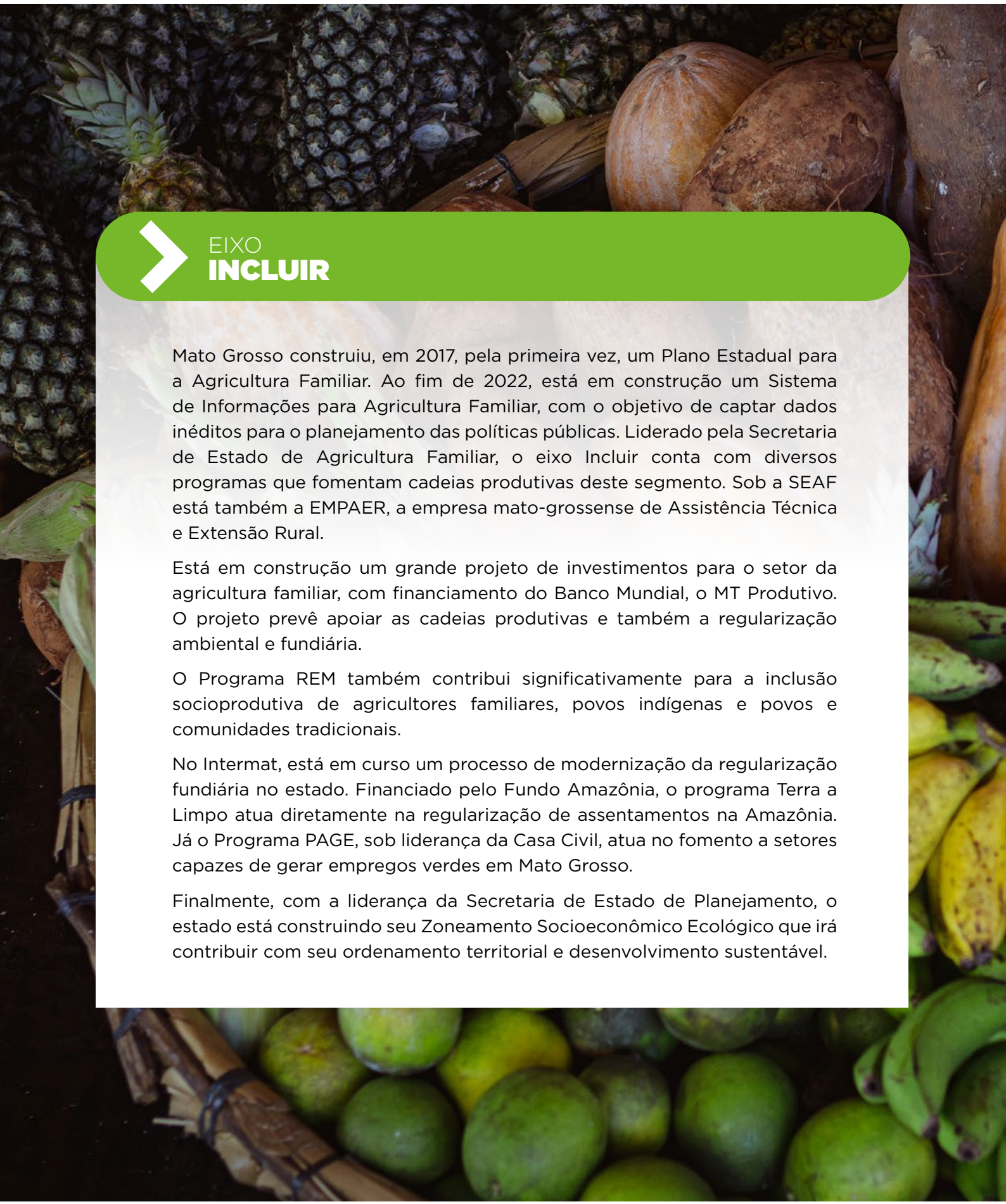
EIXO CONSERVAR

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente coordena políticas diretamente ligadas à implementação das metas do eixo Conservar da PCI.

Desde 2009, Mato Grosso desenvolve seu próprio Plano de Prevenção e Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais – PPCDIF. Hoje em sua 4a fase, o plano tem metas ambiciosas para erradicar o desmatamento ilegal no estado até 2030. O PPCDIF é concebido com um plano estratégico quadrianual, mas anualmente são feitos Planos de Ação operacionais para as ações de comando e controle. Atualmente, o CEDIF, Comitê Estratégico de Combate ao Desmatamento Ilegal e Incêndios Florestais, presidido pelo próprio governador, é responsável por elaborar e validar o Plano de Ação, e reúne além da Secretaria de Meio Ambiente, o Corpo de Bombeiros, a Secretaria de Segurança Pública, IBAMA, Ministério Público e outras agências estaduais e federais envolvidas nessa agenda.

O Sistema Estadual de REDD+, instituído por lei estadual em 2013, é o que permite ao estado contabilizar a redução de emissões oriundas de desmatamento e incêndios florestais em Mato Grosso, com o potencial de transformar esse carbono em investimentos. O Programa REM, acordado em 2017 com o governo da Alemanha, foi o primeiro programa captado pelo estado através do Sistema Estadual de REDD+. Os investimentos do REM apoiaram a implementação do PPCDIF, assim como contribuem diretamente com as metas da PCI ao apoiar iniciativas sustentáveis de produtores rurais, povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Já o SIMCAR, o Sistema Estadual de Cadastro Ambiental Rural é o que permite a implementação da legislação do Código Florestal em Mato Grosso, promovendo a regularização ambiental de toda a produção agropecuária e a restauração de passivos ambientais.



EIXO INCLUIR

Mato Grosso construiu, em 2017, pela primeira vez, um Plano Estadual para a Agricultura Familiar. Ao fim de 2022, está em construção um Sistema de Informações para Agricultura Familiar, com o objetivo de captar dados inéditos para o planejamento das políticas públicas. Liderado pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar, o eixo Incluir conta com diversos programas que fomentam cadeias produtivas deste segmento. Sob a SEAF está também a EMPAER, a empresa mato-grossense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Está em construção um grande projeto de investimentos para o setor da agricultura familiar, com financiamento do Banco Mundial, o MT Produtivo. O projeto prevê apoiar as cadeias produtivas e também a regularização ambiental e fundiária.

O Programa REM também contribui significativamente para a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

No Intermat, está em curso um processo de modernização da regularização fundiária no estado. Financiado pelo Fundo Amazônia, o programa Terra a Limpo atua diretamente na regularização de assentamentos na Amazônia. Já o Programa PAGE, sob liderança da Casa Civil, atua no fomento a setores capazes de gerar empregos verdes em Mato Grosso.

Finalmente, com a liderança da Secretaria de Estado de Planejamento, o estado está construindo seu Zoneamento Socioeconômico Ecológico que irá contribuir com seu ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável.

UMA ESTRUTURA ROBUSTA DE MONITORAMENTO E A REPACTUAÇÃO DAS METAS

A Estratégia PCI tem, via Instituto PCI, como uma de suas principais funções desenvolver sistemas e modelos de troca de informações que permitam o permanente monitoramento para o atendimento das metas de clima estabelecidas.

Desde a sua criação, o Instituto tem coordenado um processo de monitoramento robusto que permite o acompanhamento dos resultados, bem como dos gargalos existentes, em um movimento transparente e dinâmico com toda sociedade, investidores e doadores da Estratégia.

Entre os principais marcos do monitoramento estão:

- Definição das Bases do Monitoramento da PCI
- Publicação do 1º Balanço de Metas da PCI (2015)
- Elaboração dos Balanços de Metas Subsequentes
- Criação de uma plataforma online de monitoramento (www.pcimonitor.org)
- Contratação de consultoria especializada (Essência Processos Participativos) através de um apoio do ICV para realização de uma avaliação de cinco anos da Estratégia PCI. O trabalho fez uma reflexão sobre os avanços, dificuldades, aprendizados, resultados e impactos das metas em cada um dos três eixos da estratégia PCI, bem como a sua gestão
- No segundo semestre de 2021, foi realizado um processo de revisão e atualização das metas da PCI, por meio de seis workshops com 28 entidades e organizações. O processo teve como objetivo manter a PCI conectada com as tendências e projeções de mercado e com as políticas públicas estaduais, bem como incorporar melhorias na definição de indicadores e fontes para o processo de monitoramento e manter o engajamento dos múltiplos atores interessados da Estratégia
- Estudos adicionais: dentro do eixo de monitoramento, o Instituto PCI contratou o Instituto Mato-Grossense de Economia e Agropecuária (Imea) para refinar os dados sobre as metas de florestas plantadas. Em particular, serão coletados dados sobre as áreas de florestas plantadas de eucalipto e teca, bem como a expansão sobre as áreas abertas (sem desmatamento)
- Avaliação participativa da Estratégia
- Atualização das metas e alinhamento ao programa Carbono Neutro
- Estudos encomendados para cobrir gaps de informações (pastagens, florestas plantadas, agricultura familiar)
- Produção de novo balanço de metas para estados e Pactos Regionais
- Formação de Rede de Inteligência Territorial
- Contratação de dashboard para visualização de metas e mapa de calor

VISÃO 2030

Em 2021, houve a revisão das metas da Estratégia PCI. O Balanço de Metas publicado anualmente pelo Instituto PCI traz as metas, seus indicadores e resultados alcançados até agora:

Eixo	Meta
PRODUZIR	**Recuperar 2,5 milhões de hectares de pastagem de baixa produtividade até 2030**
	Aumentar a produtividade da pecuária para 116 kg/ha/ano até 2030
	Ampliar a área de grãos em área de pastagem degradada para 14,69 milhões de hectares até 2030
	Aumentar a produção de grãos para 125 milhões de toneladas até 2030
	Ampliar a área sob manejo florestal sustentável para 6 milhões de hectares até 2030
	Aumentar a produção de madeira plantada para 11,75 milhões de m³ até 2030
	Ampliar a área de florestas plantadas em áreas já abertas para 800 mil hectares até 2030
	Aumentar a produção de biocombustíveis para 13 milhões de m³ até 2030

CONSERVAR	Manter 60% da cobertura de vegetação nativa do estado de Mato Grosso
	Reduzir em 90% o desmatamento na floresta até 2030, sendo 84% até 2024 tendo como referência a linha de base: 2001-2010 (PRODES) de 5.714 km², alcançando 571km²/ano até 2030
	Reduzir em 95% o desmatamento no cerrado até 2030, sendo 83% até 2024 tendo como referência a linha de base de 3.016 km² (SEMA), alcançando 150 km²/ano até 2030
	Eliminar o desmatamento ilegal até 2030
	Reduzir 30% dos focos de calor em relação ao período de referência de 2010 a 2019 (28.300 focos de calor) até 2030
	Eliminar a exploração de madeira ilegal até 2030
	Conservar 1M ha de área passível de desmatamento legal
	Cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) até 2024
	Validar 90% dos CAR até 2024
	Regularizar 1M ha (100%) de APP degradada até 2030
	Regularizar 5,8M ha (100%) de Reserva Legal, sendo 1,9 M ha por recomposição, até 2030

INCLUIR	100% de adesão dos municípios no SEIAF até 2030
	Aumentar o Valor Bruto da Produção da agricultura familiar
	Ampliar participação dos produtos de agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNEAE) para 30% até 2030
	Aumentar o acesso a crédito às linhas do Pronaf de R$ 882 milhões para R$1,3 bilhões/ano até 2030
	Realizar a regularização fundiária de 70% dos lotes de agricultura familiar até 2030

PACTOS REGIONAIS, A ESTRATÉGIA DE REGIONALIZAÇÃO DA PCI

Mato Grosso é o terceiro maior estado do Brasil com 141 municípios e totalizando uma área de 903.357 km² (equivalente à área da Alemanha e França juntas). Para que a estratégia PCI seja implementada, é preciso que haja engajamento e colaboração local em suas diferentes regiões.

Regionalização da PCI é como o Instituto PCI define a forma de aterrissar em municípios e regiões no estado a sua Estratégia.

No fim de 2022, já haviam sido implementados quatro pactos regionais em Mato Grosso, envolvendo os municípios de Juruena e Cotriguaçu (Pacto do Vale do Juruena), Sorriso, Barra do Garças e Tangará da Serra. Os pactos permitem o engajamento de municípios e atores locais na entrega das metas da Estratégia PCI, através de um processo de planejamento para o uso sustentável de seus territórios e mapeamento de desafios e oportunidades.

Os Pactos incluem a formação de uma governança local de múltiplos atores, a definição de metas para o território e o planejamento das ações necessárias para o avanço dessas metas, reproduzindo no nível local a Estratégia PCI estadual.

O Instituto PCI definiu diretrizes para a criação de Pactos Regionais, e pretende ampliar essa estratégia de engajar territórios e municípios nas metas.

Mato Grosso

141 MUNICÍPIOS

903.357 km²

QUANTIFICAÇÃO E GAP DE INVESTIMENTOS EM MATO GROSSO

Para financiar a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável e de baixo carbono, faz parte da Estratégia, via Instituto PCI, integrar recursos públicos, privados e de organizações bilaterais, bem como da própria sociedade civil.

No período de 2016 a 2020, foram investidos em Mato Grosso cerca de R$ 16,04 bilhões no âmbito de 135 projetos e ações governamentais relacionados às metas da PCI (incluído o crédito rural). Esses recursos foram distribuídos da seguinte forma: R$ 9,09 bilhões no eixo Produzir, R$ 331,58 milhões no eixo Conservar e R$ 6,61 bilhões no eixo Incluir. Somam-se a estes recursos R$ 9,48 milhões investidos na governança da Estratégia PCI.

As três áreas temáticas para as quais foram alocados mais recursos são: produção sustentável (R$ 9,03 bilhões), apoio à agricultura familiar (R$ 6,29 bilhões), fortalecimento de cadeias produtivas (R$ 122,61 milhões) e gestão de áreas protegidas (unidades de conservação – UC's e terras indígenas TI's - R$ 170,17 milhões). Do montante captado, mencionado acima, foram executados R$ 15,48 bilhões: R$ 8,78 bilhões no eixo Produzir, R$ 205,20 milhões no eixo Conservar e R$ 9,48 bilhões no eixo Incluir.

De 2016 a 2020 foram investidos em Mato Grosso:

R$ 9,09 bilhões no eixo **PRODUZIR**

R$ 337,58 milhões no eixo **CONSERVAR**

R$ 6,61 bilhões no eixo **INCLUIR**

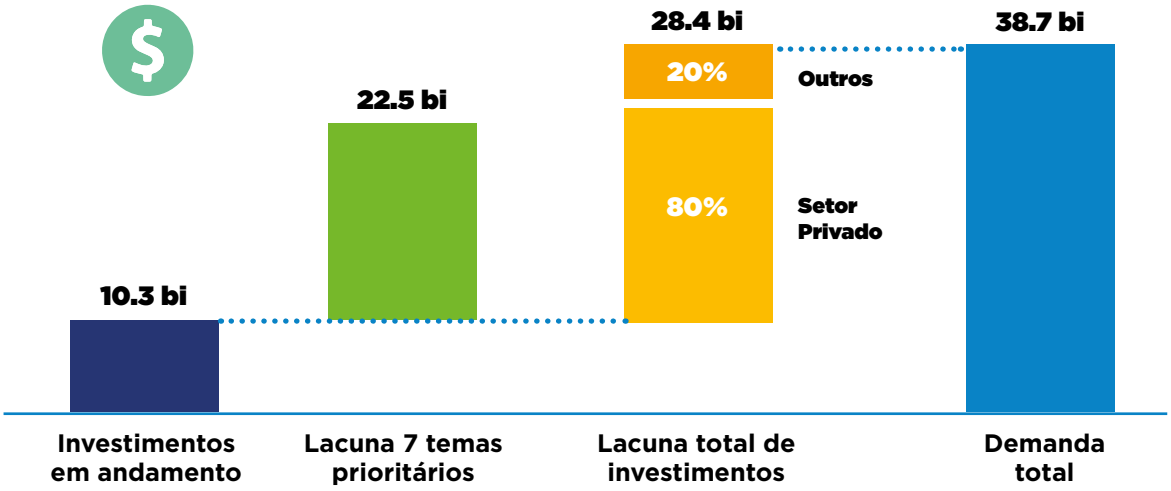
R$ 9,48 bilhões na **GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA PCI**

CUSTOS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS ATÉ 2030

De acordo com estudo feito pelo Instituto PCI, em 2020, em parceria com o Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), para alcançar as metas propostas pelo governo de Mato Grosso, na Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI), serão necessários US$ 30 bilhões (equivalente a R$150 bilhões) até 2030. Desse total, o governo estima que, aproximadamente, 80% precisam ser preenchidos pelo setor privado (principalmente para a restauração de pastagens, florestas plantadas, aumento da produtividade do gado e restauração de reservas legais e matas ciliares.

INVESTIMENTO EM ANDAMENTO GAP DE DEMANDA TOTAL (2021 A 2030)

Valores em USD (Exchange Rate BRL/US$: 5.31)



Desde o seu lançamento, a PCI mobilizou diversas parcerias, impulsionando investimentos para apoiar a estratégia de abordagem jurisdicional. O IDH foi um dos primeiros investidores na Estratégia PCI, incluindo recursos para aumentar a capacidade do governo e apoiar projetos de campo. Além disso, o apoio legislativo

de Mato Grosso e o sistema REDD+ permitiram que o estado e a PCI tivessem acesso a alguns recursos financeiros importantes, como o programa REDD+ Early Movers (REM). O programa REM, financiado pelo banco de desenvolvimento alemão KfW, cofinanciado pelo Reino Unido, foi concebido também para apoiar os objetivos da PCI. A PCI pretende encontrar empresas e compradores comprometidos nas principais cadeias de suprimentos em Mato Grosso, e engajá-los na promoção conjunta do progresso no nível da paisagem.

Instrumentos para engajamento do setor privado

"A gente está aqui (na COP27) e uma das discussões que a gente está envolvido, como PCI e como REM, tem a ver com cadeias livres de desmatamento, um assunto que afeta diretamente Mato Grosso. Um dos grandes temas da COP é a agricultura. A gente precisa conciliar a produção agrícola, segurança alimentar, com a segurança climática. Aqui é um stand de uma coalização de empresas que estão engajadas em ações climáticas. No sábado passado, um grupo dessas empresas lançou um projeto para investir em Mato Grosso, em regiões de fronteira de desmatamento no Brasil. Isso está diretamente ligado a algumas ações nossas do REM, programa de produção sustentável. E estamos trabalhando com essas empresas para que as ações que elas planejam – porque nessa fase agora, a ideia é sair do compromisso para a implementação –, que elas consigam levar isso para os territórios. E as empresas que têm relação com Mato Grosso também possam ajudar a gente nessa transição sustentável que a gente quer para o estado. E acho que esse é um dos desafios que a gente tem nessa COP, trazer o setor privado mais para perto e ajudar a fazer Mato Grosso avançar."

Fernando Sampaio, Diretor Executivo do Instituto PCI

O Instituto PCI ajudou a desenvolver e entregar instrumentos que facilitam o engajamento de empresas na Estratégia e em ações concretas no território de Mato Grosso.

A participação ativa de empresas na governança da PCI, como AMAGGI, Marfrig, FS, JBS, Agrojacarezinho, com ações concretas na implementação de metas da PCI, é imprescindível. Vale ressaltar o desenvolvimento de projetos com coalizões empresariais como Soft Commodities Forum e a Forest Positive Coalition, com apoio à produção sustentável. E, além disso, é importante mencionar outras empresas que estão investindo em ações no território, como Walmart e Carrefour.

Desde 2019, a JBS, por exemplo, apoia a Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) do estado de Mato Grosso, um dos maiores projetos subnacionais do mundo, com o objetivo de mitigar as mudanças climáticas.

Ações de engajamento com o setor privado

- Criação do Comitê de Valor e Comunicação (futuro Comitê de Investimentos)
- Lançamento do Corporate Action Group
- Primeiro levantamento de projetos em MT (Agroicone)
- Construção do *PitchBook* de projetos
- Ingresso e parceria com TFA
- Construção Source Up
- Ainda em 2021 foi realizada uma parceria entre o Instituto PCI com o ISEAL Alliance e Kultiva Consultoria para elaboração de um Guia de Engajamento Corporativo voltado às empresas interessadas em participar da PCI. O Guia definiu as diretrizes e modelos de engajamento e comunicação para as empresas que estão realizando ações em linha com a Estratégia PCI
- Trabalho conjunto com CSI Collaborative Soy Initiative
- O Instituto PCI trabalhou com o CDP para apresentar os principais fatores necessários à implementação de um sistema de abordagem jurisdicional que envolva investimentos do setor privado e REDD+. Foi então publicado um estudo de caso sobre os principais aprendizados da Estratégia PCI de Mato Grosso
- O Instituto PCI expandiu o leque do *PitchBook* para 36 iniciativas e projetos que, por sua vez, serão divulgados publicamente por meio de um relatório e uma plataforma disponível no site da PCI. Adicionalmente, uma plataforma online será desenvolvida para que os projetos do *PitchBook* PCI sejam constantemente atualizados

Os esforços envidados pela iniciativa privada em prol da produção sustentável, de forma individual ou corporativa, vêm evidenciando avanços no setor e trazendo impactos positivos, diretos e indiretos à PCI. Da nossa parte, temos igualmente proposto ações *multistakehoder* e processos de aprendizado, cocriação e envolvimento desses atores, não apenas por sua importância, mas igualmente por sua agilidade, capacidade de mobilização e tomada de decisão, sobretudo por meio desse novo modelo de governança.

A começar pelo desenvolvimento de um guia de boas práticas para ajudar a garantir que as reivindicações de sustentabilidade feitas por jurisdições, iniciativas paisagísticas e as empresas que as originam ou as apoiam, sejam confiáveis.

A primeira versão desse documento foi feita pela Iseal Alliance em outubro de 2020 e atualizada em março de 2022. Desenvolvida em colaboração com CDP, Proforest, TFA e WWF, com mais contribuições dos principais profissionais do cenário e jurisdicional através da consulta da ISEAL, esse guia fornece um ponto de partida prático para empresas que buscam apoiar e investir em abordagens paisagísticas e jurisdicionais, e reivindicar suas contribuições de forma transparente e crível.

Depois da apresentação desse guia de boas práticas a representantes do setor privado no MT, avançamos na formulação de um guia de engajamento do Instituto PCI.

Esse é mais um dos documentos disponíveis gratuitamente no site da PCI para acesso e *download*.

Em setembro de 2018, a PCI lançou o Corporate Action Group (CoAG, em português Grupo de Ação Corporativa) para oferecer uma oportunidade para as empresas se conectarem à PCI e aprenderem sobre projetos locais e potenciais atividades corporativas que poderiam apoiar a Estratégia do estado de Mato Grosso.

O CoAG, por sua vez, por meio da consultoria Proforest, conduziu, entre novembro de 2021 e novembro de 2022, rodadas de mapeamento, coleta e validação de ações e projetos junto a representantes de empresas no estado de MT.

PitchBook

Todo esse trabalho resultou em um *PitchBook*, cujos objetivos são:

- Dar VISIBILIDADE aos projetos sendo desenvolvidos no estado e que contribuem com as metas da PCI, promovendo a TRANSPARÊNCIA dos planos e dos resultados obtidos;
- Apoiar a CAPTAÇÃO DE RECURSOS adicionais para os projetos que precisam de recursos técnicos e/ou financeiros para sua manutenção, continuidade ou expansão;
- Facilitar a CONEXÃO e o estabelecimento de PARCERIAS entre as empresas que atuam em MT ou querem contribuir com a estratégia PCI, para aumentar o IMPACTO dos projetos existentes;
- Apoiar as empresas que atuam na CADEIA DE VALOR a selecionar os fornecedores do MT que contribuem com as METAS DA PCI;

Em janeiro de 2023, está prevista uma nova edição desse *PitchBook* a ser publicada no site da PCI. Além dos 35 projetos mapeados nesta primeira edição, destacamos até o presente momento parcerias importantes com as seguintes empresas e iniciativas:

- **AMAGGI**
- **MARFRIG**
- **CARREFOUR**
- **SYNGENTA**
- **SOFT COMMODITIES FORUM**
- **FOREST POSITIVE COALITION**

O atual PCI *Pitchbook*, publicado em 2019 com o apoio do Environmental Defense Fund, pode ser encontrado aqui: PCI-PitchBook-final-online.pdf (edf.org)

"A PCI é uma das principais referências de iniciativas jurisdicionais, que vêm ao longo dos anos mostrando consistência no monitoramento de indicadores e resultados. No âmbito do engajamento corporativo, a PCI tem expandido o diálogo com as empresas e financiadores e dado visibilidade às principais ações que contribuem com as metas da PCI. Cada vez mais terá um papel central na articulação de investimentos no estado e no desenvolvimento regional."

Cecília Korber, Gerente de Projeto na Proforest

MATO GROSSO COMO MODELO: O PIONEIRISMO E PROTAGONISMO DO ESTADO

O compromisso do estado de Mato Grosso em neutralizar suas emissões até 2035 tem se refletido em um processo de articulação multissetorial, desenvolvimento de ferramentas e disseminação dos aprendizados e desafios compartilhados.

Vale ressaltar que a PCI tem assento e participação em diversos fóruns, e ganhado cada vez mais reconhecimento e legitimidade. Entre as instâncias de seu protagonismo, destaca-se a Cúpula de Mudanças Climáticas das Nações Unidas. Na última edição, a COP27, realizada no Egito durante o mês de novembro de 2022, a PCI esteve presente, representada pelo Diretor Executivo do Instituto PCI, assim como por outros parceiros, tanto do governo de Mato Grosso como por integrantes da sociedade civil organizada, além de financiadores. Isso também se deu por conta da imensa relevância do tema de mudanças climáticas, ao qual a PCI está intrínseca e diretamente ligada e comprometida desde sua criação.

Um dos destaques nesse protagonismo é a abordagem jurisdicional, como um mecanismo para a redução de riscos socioambientais nas cadeias de commodities. O Instituto PCI tem apresentado essa abordagem jurisdicional em inúmeros fóruns internacionais, incluindo a Amsterdam Declarations Partnerships, Collaborative Soy Initiative, Tropical Forest Alliance, Consumer Goods Forum, Governors Climate and Forest Task Force, Under 2 Coalition, entre outros. O engajamento nessas plataformas foi importante para o estado conectar a jurisdição a novos mercados e investidores.

Como resultado, Mato Grosso é visto como líder agroambiental na implementação deste tipo de abordagem globalmente, e mais atrativo para as cadeias de commodities.

A PCI e o estado de Mato Grosso são um case estudado e documentado por organizações como o World Economic Forum, CDP, UNDP, TFA, entre outras.

https://goodgrowthpartnership.org/wp-content/uploads/GGP-casestudies-FA.pdf

https://www3.weforum.org/docs/WEF_Forests_for_Climate_2022.pdf

Nat Keohane: A new economic model for protecting tropical forests

https://jaresourcehub.org/webinars/a-closer-look-produce-conserve-include-pci-in-mato-grosso/

https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/reports/documents/000/006/134/original/CDP_Brazil_PCI_Case_Study_Jurisdictional_Approaches_Final_Version.pdf?1646824791

O estudo de caso da CDP detalha os pilares de implementação da PCI e também identifica fatores-chave no processo, como detalhado no diagrama a seguir:

FATORES DA PCI QUE AJUDARAM A EXECUTAR UMA ESTRATÉGIA DE ABORDAGEM JURISDICIONAL

PILARES	COMPONENTES	ELEMENTOS-CHAVE
FATORES DE HABILITAÇÃO	Construir e formalizar uma forte coalização entre as partes interessadas em nível estadual	Liderança política, governança multissetorial, representatividade de pequenos produtores e povos indígenas
	Construir uma visão compartilhada	Consenso, construção participativa, metas mensuráveis, esforços anteriores, disponibilidade de dados públicos
IMPLEMENTAÇÃO EFETIVA	Estrutura de governança	Apoio político, estabelecimento de estruturas formais, instituto autossustentável, processo de tomada de decisão inclusivo
	Planejamento	Definição de ações prioritárias, abordagem participativa, inclusão de povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos produtores
	Investimento e engajamento do setor privado	Gap de investimento, quadro institucional, REDD+, pipeline de financiamento, conexão com investidores, portfólio de projetos prioritários, plataformas de convocação
	Estratégia de regionalização	Engajamento com municípios, governança em nível local e parcerias
	Monitoramento, avaliação e aprendizado	Indicadores, plataforma de monitoramento, processo de aprendizagem
	Estratégia de comunicação	Mensagem clara, narrativa baseada em vitórias, consenso, apoio das partes interessadas

CASES

Muito do que é feito no âmbito da PCI acaba sendo comunicado de forma bastante institucional e apenas entre os participantes da iniciativa. Esse é um dos desafios da PCI, produzir conteúdo qualificado de seus feitos, inclusive, dando voz aos parceiros, e publicizando processos e resultados para aumentar engajamento e fidelizar públicos.

Abaixo, apresentamos algumas das iniciativas desenvolvidas com parceiros em Mato Grosso diretamente ligadas à implementação da Estratégia PCI:

IDH

IDH, The Sustainable Trade Initiative é uma organização (fundação) que trabalha com empresas, financiadores, governos e sociedade civil para promover o comércio sustentável nas cadeias de valor globais. Acredita que as coalizões orientadas para a ação gerarão impacto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e criarão valor para todos.

Através de seu programa de paisagens, a IDH atua diretamente apoiando a estruturação da Estratégia PCI e políticas públicas como a regularização ambiental e fundiária, os Pactos Regionais da PCI e cadeias de valor através de cofinanciamentos com o setor privado. A PCI é um pilar fundamental para a atuação da IDH em Mato Grosso.

REM

O Programa REM premia Mato Grosso pela redução da emissão de gases de efeito estufa e valorização da floresta em pé. Lançado na Conferência Rio+20 (2012), o Programa REDD Early Movers (REM) é uma iniciativa inovadora que recompensa os pioneiros na conservação florestal e na mitigação das mudanças climáticas. Destina-se a países ou jurisdições subnacionais que anteciparam iniciativas para proteger as florestas e/ou reduzir as emissões por desmatamento e degradação. O REM fornece pagamentos baseados em resultados para redução de emissões por desmatamento verificadas.

Em sua fase atual (fim de 2022), o Programa REM em Mato Grosso foi financiado em 17 milhões de euros pelo governo da Alemanha e cofinanciado em 24 milhões de libras pelo governo do Reino Unido. Os recursos foram investidos no apoio a políticas públicas como o controle do desmatamento, e o apoio à Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais, Territórios Indígenas e pequenos e médios produtores nas cadeias de soja, pecuária e manejo florestal.

Projeto de Cooperação Técnica - GIZ

Em suporte a implementação do Programa REM no estado de Mato Grosso, foi assinado um Termo de Cooperação entre GIZ e Governo do Estado em 2018 para implementar ações estratégicas na região totalizando EUR 1,3 milhões. O foco da cooperação é apoiar a implementação do REM especialmente nestes temas: Salvaguardas e gestão de riscos, Governança, Construção do subprograma Territórios Indígenas (apoiando o processo de consultas) e Ouvidoria. Em abril de 2019, a partir de uma missão da GIZ e de uma demanda formal do estado de MT para Embaixada (Ofício 1181 de 15 de abril de 2019), o BMZ oferece a continuação do programa de cooperação técnica com a GIZ, em um novo compromisso acordado em negociações bilaterais de novembro 2019, com orçamento de 2 milhões de euros e duração prevista de 2 anos. O foco dessa nova fase de cooperação está principalmente em apoiar o eixo Incluir da PCI, através de apoio aos Subprogramas do REM, atendendo às necessidades específicas da Agricultura Familiar, dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais em Mato Grosso, fortalecer a Estratégia PCI nos municípios e fortalecer a capacidade de Mato Grosso e demais estados da região da Amazônia para a gestão de REDD+.

PAGE

O programa *Partnership for Action on Green Economy – PAGE*, tem o objetivo de transformar economias em impulsionadores da sustentabilidade, apoiando nações e regiões na reformulação de políticas e práticas econômicas em torno da sustentabilidade. Mato Grosso aderiu ao PAGE em 2016, priorizando a geração de oportunidades de empregos verdes e a erradicação da pobreza. Desde então, reformas temáticas e setoriais foram realizadas em diversas áreas prioritárias, incluindo agricultura, agroindústria, turismo, energia renovável, regularização fundiária e empregos verdes, contribuindo diretamente para o eixo I da PCI.

Diante da crise do COVID-19, o governo de Mato Grosso lançou uma política de recuperação verde com foco no fortalecimento da agricultura familiar – que representa 51% da força de trabalho em Mato Grosso. O apoio à recuperação verde do PAGE também trabalha para esse objetivo e, em 2021, o PAGE iniciou esforços para liderar a reformulação do Plano Estratégico da Agricultura Familiar para fortalecer ainda mais os compromissos ambientais, sociais e de governança.

Development Policy Loan e MT Produtivo – Banco Mundial

O projeto de DPL permitiu ao estado de Mato Grosso captar US$ 250 milhões em financiamento do Banco Mundial, que ajudaram a recuperar a saúde fiscal do estado. A Estratégia PCI, o PPCDIF e o Sistema estadual de CAR foram ações prévias no pilar ambiental do projeto para que o estado pudesse receber os investimentos, além das ações voltadas ao ajuste fiscal.

A recuperação das finanças do estado permitiu que uma nova negociação fosse iniciada, desta vez com o objetivo específico de apoiar a agricultura familiar no estado com um novo financiamento de US$ 80 milhões. A PCI participa ativamente do diálogo entre governo do estado e a instituição.

TerraAmaz

O Projeto TerrAmaz – Territórios Amazônicos – é financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e será implementado pelo consórcio de CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento) em parceria com a ONF International e a AVSF (Agrônomos e Veterinários sem Fronteiras) com objetivo de "Apoiar os territórios Amazônicos na implementação de suas políticas de combate ao desmatamento e transição para um modelo que permita combinar o desenvolvimento econômico de baixo carbono e conservação de ecossistemas". As atividades apoiarão cinco sítios piloto em quatro países, incluindo Cotriguaçu em Mato Grosso, onde o projeto contribui diretamente com as metas estabelecidas no Pacto Regional da PCI do Vale do Juruena.

Andgreen

O Fundo &Green financia as principais cadeias de suprimentos de commodities de forma a obter um impacto ambiental e de uma forma que seja comercialmente viável e replicável. O Fundo se concentra em regiões produtivas com florestas tropicais, e usa critérios jurisdicionais para definir as regiões onde irá operar. Desde sua criação, o fundo já investiu em Mato Grosso US$ 80 milhões nas cadeias de grãos, pecuária e biocombustíveis.

Conserv

Divulgado em outubro de 2020 para o público brasileiro, o Conserv é um mecanismo privado, de adesão voluntária. É fruto de uma parceria com o Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e o EDF (Fundo de Defesa Ambiental). O lançamento oficial ocorreu em novembro de 2020 durante o evento internacional London Climate Action Week (Semana de Ações Climáticas de Londres). O Conserv compensa médios e grandes produtores dos biomas amazônico e do Cerrado por manterem em suas propriedades áreas de vegetação nativa que têm permissão legal para serem desmatadas. Na primeira fase, o programa opera na cidade de Sapezal, em Mato Grosso.

A previsão do Ipam é chegar, nos próximos meses, a até 30 contratos em municípios pré-selecionados, uma extensão de pelo menos 20 mil hectares. O Conserv está diretamente ligado à meta da PCI de criar incentivos econômicos para a conservação de 1 milhão de hectares de vegetação nativa em Mato Grosso, e é uma ferramenta que tem ajudado também o setor privado a atuar em cadeias livres de desmatamento.

CASES DE ENGAJAMENTO DO SETOR PRIVADO

O entendimento por parte de empresas do setor privado sobre estratégias de paisagem aumentou consideravelmente desde que a PCI foi lançada em 2015. Desde o início, empresas como Marfrig e Amaggi envolveram-se na estruturação da PCI e as ações que empreendem em suas cadeias contribuem diretamente para o avanço das metas no território de Mato Grosso. Ambas estão envolvidas na governança do Instituto PCI e alinharam suas estratégias de sustentabilidade com a estratégia estadual.

Parceiros como IDH, Proforest, TFA, CDP, ISEAL, EarthWorm, EII, IPAM, ICV, TNC e outros têm contribuído para ampliar o entendimento de como empresas podem atuar em iniciativas jurisdicionais, e essa contribuição pode se dar em várias formas.

O Carrefour, em um projeto cofinanciado pela IDH, investe na inclusão de pequenos produtores de cria na cadeia da pecuária, contribuindo para a inclusão desses produtores através de apoio à regularização ambiental e fundiária, assistência técnica, mas também ampliando o acesso a mercados.

Syngenta e TNC desenvolveram um projeto para reverter áreas de pastos degradados em áreas agricultáveis, contribuindo assim diretamente para uma das metas mais relevantes da PCI.

JBS atua em projetos de assistência técnica, na inclusão de pequenos produtores na cadeia do biodiesel, no apoio à regularização através de escritórios verdes distribuídos em suas plantas, além de monitorar seu fornecimento em relação ao desmatamento e investir no território com o Fundo JBS.

Coalizões de empresas como o Soft Commodities Fórum, em seu projeto Farmers First Clusters, identificaram territórios prioritários para atuar em Mato Grosso, com assistencia técnica, apoio à regularização e pagamento por serviços ambientais. Da mesma forma, a Forest Positive Coalition, coalizão de empresas do Consumer Goods Forum, já investe em territórios prioritários em Mato Grosso. O Grupo Bimbo atua na capacitação de pessoas e recuperação de nascentes junto ao Pacto Regional da PCI de Sorriso.

Mesmo empresas locais, como a Nutribras (em Sorriso), ou Casterleite (em Juruena) têm participado ativamente dos Pactos Regionais da PCI, contribuindo com o avanço das metas em suas regiões.

São alguns exemplos, entre outros, que mostram cada vez mais de que maneira o Instituto PCI está criando instrumentos para facilitar o engajamento de empresas comprometidas com a sustentabilidade em ações no território de Mato Grosso.

COP27: A HORA DA IMPLEMENTAÇÃO

Durante duas semanas, em Sharm El Sheikh (Egito), a Conferência das Partes da ONU reuniu mais de 45 mil participantes para compartilhar ideias, soluções e construir parcerias e coalizões. A Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (mais conhecida como COP) é um tratado firmado por quase todos os países, cujo objetivo é estabilizar a concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera em níveis tais que evitem a interferência perigosa no sistema climático. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o aumento da temperatura entre 1850-1900 e 2011-2020 foi em média 0,85ºC a 1,09 ºC. As três últimas décadas foram as mais quentes desde 1850. Se as emissões continuarem dentro das tendências atuais, o aquecimento pode chegar a 4,8ºC até 2100. Por conta disso, é provável que ocorram ondas de calor e períodos de estiagens extremos, mais frequentes e mais longos, e as chuvas torrenciais devem se tornar mais intensas e frequentes.

Segundo o relatório das Mudanças Climáticas da ONU, a implementação das atuais promessas dos governos nacionais coloca o mundo no caminho para um aquecimento de 2,5°C até o final do século. O IPCC indica que as emissões de gases de efeito estufa (GEE) devem diminuir 45% até 2030 para limitar o aquecimento global a 1,5°C.

As metas dos países, as NDCs, estão estabelecidas. Há um consenso global de que é preciso mais recursos e mais convergência entre as nações para que a implementação das estratégias de mitigação e adaptação climáticas aconteça de maneira acelerada.

Ciente de seu papel na contribuição da redução de emissões, a PCI não apenas segue seu compromisso, bem como busca engajar outros parceiros de diversos segmentos nessa jornada, olhando, inclusive, para o tema da justiça climática.

A Estratégia PCI nasceu do compromisso com metas pelo clima. Desde o início, tem construído métricas e desenvolvido processos que impulsionem Mato Grosso para um novo paradigma de produção sustentável, com ordenamento territorial, investimentos e modelos de intervenção colaborativa entre os setores público, privado e sociedade civil.

O estado de Mato Grosso e o Instituto PCI na COP27

- O estado de Mato Grosso reforçou na COP27 seu compromisso em relação à meta Net Zero assumida no ano passado com o Programa MT Carbono Neutro.
- Entre os avanços, destacou a regulamentação do Programa Carbono Neutro desenvolvido em parceria com a ABNT.
- O estado também apresentou o Instituto PCI como um veículo de investimento para apoiar a implementação de seus compromissos.
- Outras iniciativas como o passaporte verde, iniciativa do Instituto Mato-Grossense da Carne - IMAC, para garantir a origem legal da carne bovina de Mato Grosso também foram apresentadas.
- O governador Mauro Mendes ressaltou que Mato Grosso deseja, sobretudo, o reconhecimento pelo esforço feito na mitigação de mudanças climáticas, e na luta contra o desmatamento ilegal.

3º CICLO

PERSPECTIVAS E DESAFIOS

O contexto de complexidade na economia, na sociedade e na forma de ocupação do território e da paisagem coloca o desafio de conceber e coordenar políticas públicas que correspondam e integrem os diversos e, por vezes, conflitantes interesses da sociedade local, incluindo o agronegócio, o ambientalismo, os agricultores familiares e os povos e comunidades tradicionais.

Para o agronegócio de Mato Grosso, importante exportador de commodities, torna-se cada vez mais clara a existência de desafios de escala mundial resultantes da associação entre rápido crescimento populacional e intensa degradação de recursos naturais, agravada por imprevistos efeitos das mudanças climáticas, como alteração no ciclo hidrológico, erosão e assoreamento do solo, além da distribuição das chuvas.

Diante dos riscos resultantes dessa combinação de fatores socioambientais, econômicos e naturais, crescem demandas sobre seus mercados fornecedores para a adoção de práticas produtivas cada vez mais responsáveis e menos impactantes sobre o meio ambiente, orientadas por boas práticas sociais. Na medida em que a maior parte da produção de MT é exportada para esses mercados regulados, a conformidade da sua produção com tais exigências tem se mostrado imperativa.

A Estratégia PCI, via o Instituto PCI, é o mecanismo de estruturação, articulação, implementação e monitoramento para Mato Grosso atingir a neutralidade em suas emissões até 2035.

Busca também colaborar com o esforço de governos, organizações e sociedade na construção de um novo modelo de crescimento, mais alinhado às urgências que a crise climática impõe, mas também para servir como uma experiência com impactos importantes e positivos, e que pode/e precisa ser mais conhecida, testada, ampliada e disseminada.

Nesses anos, a Estratégia PCI tem somado resultados estimulantes. Nos próximos anos, entre os muitos desafios que estão colocados. Um novo ciclo inicia-se agora com o Instituto PCI, e algumas prioridades precisam ser trabalhadas para que este instrumento possa de fato fazer com que Mato Grosso potencialize ainda mais sua vocação de ser um novo modelo de desenvolvimento, baseado no equilíbrio entre a produção e a conservação, promovendo um crescimento econômico inclusivo e de baixo impacto. Entre estas prioridades destacamos:

A CONSOLIDAÇÃO DO INSTITUTO PCI COMO UM VEÍCULO DE INVESTIMENTOS

É preciso definir modelos de investimento capazes de acelerar as metas da Estratégia PCI, e o Instituto pode ser um instrumento capaz de atrair um *blend* de finanças adequado às necessidades reais do território, gerando um fluxo constante de investimentos para a transição sustentável da jurisdição.

Isso inclui avançar também em direção aos mercados de carbono e ampliar o engajamento das empresas nas cadeias de commodities na transformação da paisagem, fazendo com que as metas net zero corporativas apoiem também o atingimento da meta net zero de Mato Grosso.

AMPLIAR REPRESENTATIVIDADE E LEGITIMIDADE

A implementação da Estratégia PCI requer um elevado nível de colaboração entre os atores presentes no território de Mato Grosso. Apesar dos avanços, o Instituto precisa ampliar sua representatividade e legitimidade, incorporando em sua governança atores ainda não representados como povos indígenas e comunidades tradicionais.

É preciso também que o Instituto se constitua, a partir de sua estrutura de monitoramento, em um centro de inteligência capaz de apoiar com dados e informações científicas as ações dos diferentes grupos de interesse, gerando confiança entre os atores e ampliando a colaboração público-privada com ganhos que sejam transversais, reduzindo assim a polarização e ampliando o esforço conjunto.

Somente uma Instituição neutra, cujas ações sejam embasadas por conhecimento técnico, com uma governança que permita um processo de tomadas de decisão transparentes e consensuais, pode gerar a confiança necessária para uma colaboração ampla.

Para isso, é fundamental uma robusta estratégia de comunicação, interna e externa, uma fragilidade que ainda afeta o potencial da Estratégia PCI em ampliar seu impacto.

A "ATERRISSAGEM" DA PCI EM TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS EM MT

Embora os compromissos e metas sejam do estado, é na ponta, nos municípios e territórios que estão os desafios, mas também as oportunidades para as entregas da Estratégia PCI.

Cada região do estado tem suas cadeias produtivas, seus desafios para otimizar o uso da terra e promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A regionalização da PCI deve ser ampliada, engajando atores locais, empresas privadas atuando nesses territórios e conectando investimentos às necessidades reais de cada local.

O Instituto pode atrair parceiros e investimentos direcionados à cada região, e ao mesmo tempo apoiar estruturas de monitoramento e governança nesses territórios estratégicos, acelerando assim uma transição definida em parceria com aqueles que vivem e trabalham nessas regiões.

Por todas essas razões, trazemos esse reporte como o início de uma jornada, de prestação de contas e relacionamento com nossos públicos de interesse, que está apenas começando. Junte-se a nós e, desde já, muito obrigada pelo apoio que temos recebido.

"A estratégia PCI se apresenta ao mundo como um caminho, um programa para conciliar a produção agropecuária, a conservação ambiental e a inclusão social no meio rural. No Brasil, se consolidou com uma governança bem estruturada, reconhecida pelo governo subnacional e apoiada pela sociedade civil, setor produtivo e iniciativa privada. Aos poucos, está chegando nas paisagens prioritárias, sendo implementada em municípios, fazendas e comunidades, levando metas estaduais a serem ações concretas. A capacidade de captar e executar recursos nacionais e internacionais para as ações está se consolidando e o Instituto PCI pode ser o grande catalizador desse mecanismo. Há que se reconhecer também a rara capacidade de se manter a estratégia mesmo com as mudanças políticas em governos estaduais e federais. Essa resiliência é mais um indicador da robustez e seriedade da iniciativa. Fortalecer a capilaridade no território e todas as capacidades técnicas envolvidas nas diversas ações em andamento serão fundamentais para o alcance das metas de 2030 e sucesso da Estratégia PCI em seus 3 eixos: Produzir, Conservar e Incluir."

Richard Smith, Coordenador Regional Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

TRAJETÓRIA PCI

Produzir, Conservar e Incluir de 2015 a 2022

AVANÇOS NA MAIOR INICIATIVA DE SUSTENTABILIDADE JURISDICIONAL DO PAÍS

PCI

Produzir
Conservar
Incluir